

Até PFL quer romper com Sarney

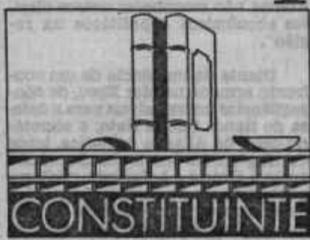
AGÊNCIA ESTADO

Depois da ameaça feita pelo PMDB, de romper com o governo Sarney, também o PFL já admite que poderá seguir o mesmo caminho, segundo revelou ontem, em Belo Horizonte, o presidente nacional do partido, deputado Maurício Campos. A Aliança Democrática, disse Campos, "já está praticamente rompida" e o presidente Sarney é hoje o único "ponto de união" entre o PFL e o PMDB. Mas advertiu: "Se romper com o PMDB, não há como o PFL dar apoio ao presidente da República".

Maurício Campos revelou que está protelando a convocação do diretório nacional do PFL justamente para retardar a implosão da Aliança Democrática. Segundo ele, se for realizada qualquer reunião do diretório para atender a vários requerimentos feitos à direção nacional, "certamente virá o rompimento da Aliança", já que é grande a insatisfação nas bases do PFL. Campos frisou que só o presidente Sarney pode "costurar" novamente a Aliança, mas isso não será possível com a reforma ministerial.

"Eu não sei se virá mesmo uma reforma ministerial, mas, se vier, ela pode até agravar o problema, pois entre o PMDB e o PFL não existe qualquer ponto de identidade", ressaltou o dirigente do segundo maior partido de sustentação ao presidente Sarney, Maurício Campos ressaltou que os desentendimentos na Aliança Democrática não foram agravados pela posição que o PMDB assumiu na composição da Mesa da Constituinte: "Nós já sabíamos que o PMDB não destinaria cargos de maior importância ao PFL".

E confirmou que presidirá um encontro dos líderes do PFL nas assembleias legislativas do País, que



será realizado em Belo Horizonte, no dia 6 de abril. Nesta reunião, o tema central será a nova posição que o PFL deverá assumir, caso seja concretizado o rompimento da Aliança Democrática, informou.

"BOM SENSO"

"Venho a esta tribuna pedir ao PFL que saia do governo, em nome do bom senso, da verdade política e em benefício do presente e do futuro deste País." Com estas palavras, o deputado Hermes Zaneti (PMDB-

PL na Aliança

O PL — por enquanto com sete constituintes — poderá ingressar na Aliança Democrática, se a coligação PMDB-PFL não for extinta antes. O ministro da Previdência Social, Rafael de Almeida Magalhães, fez a proposta ao líder do PL, Adolfo Oliveira (RJ) e o partido deverá examinar a questão.

Além dos atuais sete constituintes — seis deputados e um senador (Itamar Franco) —, o PL poderá ser reforçado com o provável ingresso de parlamentares da Bahia e do Rio de Janeiro, filiados ao PFL e ao PDC. Dos partidos "nanicos", o PL é o único com registro provisório já deferido pelo TSE.

RS) iniciou, ontem discurso na Constituinte — no plenário apenas quatro liberais o ouviram, entre outros 20 e poucos parlamentares de outros partidos.

Para o deputado, o PFL "sofreu a rejeição do povo nas urnas, mas queria, aqui, transformar-se de minoria em maioria e impor a sua vontade, o que, em alguns momentos, até conseguiu, pelo rompimento do seu líder José Lourenço". "Mas o PMDB — acrescentou — resolveu pôr-se de pé."

Zaneti disse que o PFL prestara, na véspera, "grande serviço à Nação", ao recusar participar da Mesa da Constituinte. E "teria prestado serviço maior ainda se cumprisse sua ameaça de deixar a própria Constituinte". Mas quer agora que o partido deixe o governo, por entender que ao presidente Sarney não resta outra alternativa senão governar com o PMDB, "que recebeu nas urnas a delegação para construir o futuro deste país."

"Não é possível ao governo — assinalou — continuar nessa dualidade, querendo servir a dois senhores. Ou servimos à tese da transformação, das mudanças, que prometemos, ou o PMDB, para não sair destruído, não tem o direito de continuar dando suporte a essa confusão governamental que lança o País todo em confusão."

Em nome da liderança do PFL, o deputado Lúcio Alcântara (CE) respondeu que seu partido está no governo não devido a cargos ocupados por alguns de seus integrantes, mas por ter sido também "fiador da transição democrática". E concluiu que melhor seria o deputado Zaneti se pedisse a saída dos representantes do PMDB que, no governo, são os responsáveis "por esta desastrosa política econômica".



Lourenço afasta-se cada vez mais de Covas, e PFL e PMDB do governo

Ulysses diz que diálogo continua

De enviada Especial

O presidente do PMDB e da Constituinte, Ulysses Guimarães, informou ontem, que segunda-feira retomam os entendimentos com o PFL. Dessa vez para a escolha dos presidentes e relatores das comissões da Assembleia Nacional Constituinte.

"Agora vai ser diferente", disse o líder do PFL, deputado José Lourenço, em Carajás, onde, junto com o deputado Ulysses Guimarães, integrava a comitiva dos presidentes José Sarney e Mário Soares, de Portugal. O acordo para distribuição das

comissões negociado com Ulysses Guimarães e com o líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, não poderá ser derrubado pela bancada do partido, segundo afirmou o líder do PFL, sem antecipar, contudo, quais as comissões que estaria negociando com a cúpula do PMDB.

O episódio da indicação das vice-presidências, quando o PFL se absteve de votar, segundo Ulysses Guimarães, é próprio do regime democrático. Desse modo, disse, os partidos vão se entender e a Aliança Democrática não irá acabar.

SEGUNDA-FEIRA

Apesar de estarem reunidos em Carajás lideranças do PMDB e do PFL, Ulysses Guimarães argumentou que a Aliança Democrática não irá assumir para ser tratada na véspera de ontem. Não havia clima, o programa dos dois presidentes estava muito movimentado e, além disso, ele e o presidente Sarney viajavam em aviões diferentes.

Com o deputado José Lourenço, Ulysses Guimarães ainda conversou um pouco na Base Aérea de Brasília, antes de embarcarem para Carajás, acertando novos contatos na próxima segunda-feira.

Todos condenam idéia de Camargo

AGÊNCIA ESTADO

A declaração do senador Afonso Camargo, 3º vice-presidente do PMDB, de que estaria iminente uma ruptura entre o PMDB e o governo Federal, provocada pela hesitação do Planalto em adotar medidas concretas para superar a crise econômica e política do País, "não tem qualquer sentido ou significado", disse ontem, em Salvador, o ministro da Justiça Paulo Brossard, não escondendo a irritação. Já o senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ) garantiu no Rio, que a crise PMDB-governo "é uma invenção da imprensa, essa hipótese não pode ser levada a sério. Não há ninguém responsável do PMDB que sustente essa tese". O presidente do Senado, Humberto Lucena (PMDB-PE) declarou, em Brasília que Camargo "tem uma visão pessimista, que não representa a maioria partidária". E o governador do Paraná, Álvaro Dias (PMDB), disse que o governo federal "está a merecer mais apoio do que nunca depois da declaração da moratória técnica".

O governador gaúcho Pedro Simon (PMDB) reconheceu, em Porto Alegre, que há muitos peemedebistas desgostosos com a indecisão do governo federal, mas afirmou não acreditar que isto acabe refletindo-se num rompimento do partido com o Executivo. Já o senador do PMDB gaúcho, José Fogaça, defendeu urgência na definição de rumos na política econômica. Ele entende que, se isso não ocorrer, tanto o PMDB como o País em geral passarão por um processo de deterioração no qual "o rompimento será inevitável".

O governador do Paraná, Álvaro Dias, disse que o senador Afonso Camargo "deu declarações um pouco pessimistas" e que o partido só poderá fazer oposição ao governo federal "quando este não estiver correspondendo. Mas, por enquanto, todos os compromissos estão sendo respeitados". E frisou: "O PMDB seguramente oferecerá apoio ao governo que, aliás, está a merecê-lo mais ainda após a declaração da moratória técnica". Depois de dizer que "é uma invenção da imprensa" a anunciada intenção de grupos do seu partido de propor a retirada de apoio ao presidente José Sarney, o senador Nelson Carneiro lamentou a declaração de Afonso Camargo e disse que "não há respaldo dentro do partido para que uma proposta com esta finalidade seja levada a sério".

Também o senador Roman Tito (PMDB-MG) descartou a hipótese de rompimento do PMDB com o governo Sarney. Ontem, em Belo Horizonte, ele apenas queixou-se de que "está faltando diálogo entre o partido e o governo". Mas deixou claro que a previsão de ruptura entre o PMDB e o presidente da República dentro de 60 a 90 dias não será concretizada, "até porque Sarney tomará uma série de medidas antes deste prazo, para corrigir a economia do País".

O presidente do Senado, Humberto Lucena, disse que os setores do PMDB insatisfeitos com o governo e que desejam o rompimento têm o direito de colocar o problema em reunião do Diretório Nacional do partido ou convocar a convenção para decidir sobre a possibilidade de colocar o PMDB na oposição pessoalmente, ele não concorda com a tese de Afonso Camargo.

Para o senador, o PMDB precisa é "influir no governo e não tirar o time de campo", acrescentando que o partido tem responsabilidades e lhe cabe colaborar para a solução da crise econômica, apresentando sugestões e mantendo a sustentação política. "O PMDB precisa se convencer de seu papel de governo, onde detém a maioria dos Ministérios. E não retirar o apoio diante dos problemas enfrentados", comentou Lucena.



Brossard: "sem sentido"



Simon: "há desgostosos"



Lucena: "visão pessimista"



Dias: "apoio é necessário"

Em sua opinião, existe mais insatisfação contra o governo entre o povo que dentro do partido. "Mas o presidente Sarney está determinado a superar a crise econômica. Mudar o ministro da Fazenda sem alterar a política do setor não seria suficiente", acha o senador.

Ainda conforme o presidente do Senado, a nível municipal, estadual e da Constituinte a Aliança Democrática já acabou. Refaz-la agora depende do presidente Sarney, segundo os interesses do governo. O PMDB, sozinho, tem condições de dar a sustentação ao presidente da República, porque possui maioria na Câmara, no Senado e na Constituinte. "Mas Sarney é quem sabe se precisa do PFL", disse Lucena. Para ele, desde o rompimento na votação do Regimento Interno da Constituinte, a Aliança Democrática deve ser considerada extinta. Deixando bem marcado que fazia uma avaliação pessoal, o senador concluiu: "Mesmo que o presidente Sarney deseje, não conseguirá manter a Aliança Democrática".

Já Orestes Quercia acha possível a manutenção da convivência do PMDB e do PFL na Aliança, apesar da ruptura registrada na Constituinte. Até porque o presidente Sarney tem ligação com os dois partidos, que continuam unidos no Congresso ordinário", observou. Por isso, entende como "uma questão semântica, que precisa ser analisada no momento", a afirmação de Afonso Camargo de que a Aliança só existe no plano formal.

O governador paulista não considera como "uma proposta necessária" a revisão de postura do PMDB ante ao governo federal pregada pelo senador paranaense. "Se estivéssemos num regime parlamentarista, se derrubaria o primeiro-ministro. Porém, estamos num sistema presidencialista e é difícil fazer uma revisão.

Bastante irritado com a repercussão das declarações de Afonso Camargo, o ministro Paulo Brossard frisou que a crise entre PFL e PMDB "é passageira" e despiu de significado a ameaça de retirada de apoio do PMDB ao governo federal. Quando indagado sobre a hipótese de um golpe militar, declarou até compreender que jornais como o New York Times, "pela distância e falta de conhecimento da nossa situação, levantam essa questão". Mas disse não entender como a imprensa brasileira possa fazer o mesmo.

Por entender que apenas urgentes definições na política econômica do País poderão evitar uma deterioração geral tanto do PMDB como do governo federal, o senador José Fogaça defenderá, já nesta terça-feira, durante reunião da Executiva Nacional do PMDB, em Brasília, a proposta de convocação imediata de uma convenção do partido. Com isso, ele espera — juntamente com outros correligionários — a definição imediata do partido sobre uma série de assuntos primordiais. Entre eles, a duração do mandato presidencial, a nova política econômica e, também, o regime de governo a ser definido pela Constituinte. Definido isso, acredita Fogaça, "será mais fácil debater os".

O governador gaúcho Pedro Simon acha que o rompimento do PMDB com o governo federal não ocorrerá pelas responsabilidades do partido na Constituinte. Mas lembrou que, por ser governo, o PMDB não perde o direito de criticar o governo, pois "a independência de opinião faz parte da democracia". Mas criticou seu partido (PMDB) por não estar dando cobertura a Sarney nem ao ministro Díson Funaro na questão da moratória técnica. E defendeu a manutenção do atual ministro da Fazenda no cargo: "Ele merece nosso respeito".

Os constituintes querem salário 'digno': 100 mil

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Um projeto de resolução para dar aos constituintes remuneração equivalente à dos ministros do Supremo Tribunal Federal — cerca de Cz\$ 100 mil — foi apresentado ontem, na Constituinte, pelo deputado Paulo Mincarone (PMDB-RS), segundo-vice-presidente da Câmara.

Pela proposição, os constituintes perderiam, em troca, as vantagens atuais, ou seja, as ajudas de transporte e de gabinete e os jetons (pagos pela média anterior de sessões), a seu ver, inconstitucionais, porque a Constituição só autoriza o pagamento de subsídios e ajuda de custo. Os subsídios dividem-se em parte fixa e variável, esta relativa ao comparecimento às sessões (os jetons).

Se fosse aplicado com rigor o decreto legislativo de 1986 — que fixou os subsídios para esta legislatura (quatro anos) —, segundo Mincarone, os constituintes só estariam recebendo o seguinte: subsídio fixo, Cz\$ 6.330,55, mais Cz\$ 4.200,40 de subsídio variável (correspondente às 16 sessões que restaram à Câmara por mês) e mais Cz\$ 1.184,20 (ou seja, 1/12 da ajuda de custo anual), dando tudo Cz\$ 11.701,15.

Como consequência do gatilho salarial, que disparou para eles também (via funcionalismo público federal), os constituintes estão recebendo, este mês, exatamente o seguinte: subsídios (somadas as partes fixa e variável, esta pela média anterior de sessões), Cz\$ 29.618,81, mais a verba para transporte, de Cz\$ 26.393,18, e mais a verba de auxílio para gabinete, de Cz\$ 11.210,80, o que dá um total de Cz\$ 67.222,59.

Chegam primeiros projetos

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Em apenas dois dias do prazo, que se esgota em 26 de abril, para apresentação, pelos constituintes, de sugestões para a elaboração da nova Constituição, mais de cem propostas foram encaminhadas à Mesa da Assembleia Nacional Constituinte, com predominância dos temas econômicos e sociais, e com algumas proposições políticas, como a da adoção do sistema parlamentarista de governo e do sistema eleitoral do voto distrital misto a partir das próximas eleições.

Pelo prazo de 30 dias para apresentação de sugestões, e pelo fato de que também podem encaminhar propostas às Assembleias Legislativas, às Câmaras de vereadores, aos Tribunais de Justiça e às entidades de classe, membros da Mesa da Constituinte calculavam ontem que mais de cinco mil sugestões deverão ser apresentadas, bastando ter como exemplo a avalanche de emendas apresentadas antes ao regimento interno: 1.708 para as normas provisórias e os dois projetos de regimento.

Essas sugestões servirão como a primeira base para que as oito comissões temáticas, a serem instaladas na próxima semana, possam iniciar

Essa importância é bem maior que a outra ainda, conforme Mincarone, constitucionalmente devida, mas "é pequena demais para fazer face às despesas forçadas dos parlamentares e à representatividade do cargo". "Com exceção de uns 30% que são empresários ou têm outras fontes de renda — disse Mincarone, ele próprio, empresário — os demais estão passando dificuldades. Até porque muitos deles agram endividados da campanha eleitoral e estão com o encargo a mais da mudança para Brasília".

O deputado disse que seu projeto tem por objetivo estabelecer uma "remuneração digna para os constituintes". Os ministros do STF, com os quais ele quer a equiparação, tem assegurada, pela Lei Orgânica da Magistratura, vencimento e vantagens "pelo menos iguais aos dos ministros de Estado", os quais estão ganhando, neste mês de março, Cz\$ 71.600 (sendo Cz\$ 18.000 de vencimentos e mais 100 MVR, Cz\$ 53.600,00, de representação). Os ministros do STF têm vencimento básico de Cz\$ 18.959,84, mas com os quinquênios e a verba de representação de 140% sobre o total, chegam a ganhar mais de Cz\$ 100 mil. A cada quinquênio de serviço público, eles fazem jus a uma gratificação de 5%, mas, segundo se informa, pelo "efeito cascata", ou seja, são pagos no primeiro quinquênio 5%, no segundo 10%, no terceiro 15% e assim por diante. O projeto de Mincarone deixa aberta a possibilidade de que o mesmo critério seja aplicado aos constituintes. Em troca, seu projeto aumenta a parte sobre a qual incide o imposto de renda — que, como no caso dos ministros, só atinge a parte básica dos vencimentos.

seis trabalhos efetivos, por um prazo de mais quinze dias (nas subcomissões temáticas) e mais vinte dias na comissão propriamente dita. A fase de apresentação de emendas só começará quando o primeiro anteprojeto de Constituição for elaborado pela comissão de Sistematização e for levado para discussão em plenário pelo prazo de 40 dias.

Alguns constituintes mostraram-se esforçados, como o deputado Mendes Botelho (PTB-SP), que apresentou mais de 20 sugestões para a Mesa da Constituinte, entre as quais a exigência de concurso para cargos públicos; os mesmos direitos trabalhistas para a empregada doméstica e o trabalhador rural; direito de greve sem punição; jornada de oito horas e 40 semanais para todos os trabalhadores; autonomia financeira das Universidades Federais, amparo aos excepcionais; pré-escolar gratuito, proibição do uso de fertilizantes, e consulta prévia às comunidades indígenas para projetos de exploração de recursos naturais.

Na área econômica, os constituintes procuraram conter os avanços do leão do Imposto de Renda: o senador Nelson Carneiro, por exemplo, propõe que o desconto do Imposto de Renda na fonte não possa ser superior a 10% do valor dos vencimentos.